

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº 112 Rio de Janeiro, de 27 de dezembro de 2005 a 2 de janeiro de 2006

Saúde que se põe na mesa

Rony Maltz



Para acompanhar a pizza, catchup e mostarda em sachês: iniciativa da Casa para evitar os índices de contaminação

Em 2004, mais de 100 crianças do Centro de Assistência Integral à Criança de Seropédica foram hospitalizadas com intoxicação alimentar. De acordo com professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o caso aconteceu por conta da falta de capacitação do pessoal responsável pelo preparo dos alimentos. “Só quando casos como este acontecem as autoridades se preocupam com a questão da qualidade alimentar”, lamenta José Francisco Martins, docente da universidade.

Presidida pela deputada Andréia Zito (PSDB), a Comissão de Segurança Alimentar da Casa tem o objetivo de garantir o

direito à alimentação saudável e de qualidade. Nos planos da parlamentar está a criação do Disque-Alimentação, para receber denúncias dos consumidores. De acordo com a tucana, restaurantes, bares e supermercados devem ser fiscalizados de perto. “Pesquisas do Inmetro já mostraram que em 61% dos supermercados a conservação dos alimentos é prejudicada pela falta de refrigeração”, critica a deputada, que aplaude iniciativas de seus pares, como o projeto que obriga a comercialização de temperos como catchup em sachês e a lei que determina a venda de canudos embalados. “Higiene é fundamental”.

PÁGINAS 4 e 5

*Atendimento
de qualidade no
Patrimônio*

PÁGINA 2

*Alerj encerra
o ano de 2005 com
saldo positivo*

PÁGINA 3

*Nova comissão
tratará de calamidades
públicas*

PÁGINA 7

Para garantir a satisfação do cliente

PESQUISA REALIZADA PELO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MELHORA SERVIÇOS COMO LIMPEZA E ELEVADORES

CLARISSE BRETAS

Serviços que merecem parabéns. Pesquisa realizada pelo Departamento de Patrimônio da Alerj com os 70 deputados, entre os meses de julho e setembro, mostrou que os parlamentares estão satisfeitos com o serviço prestado pelos funcionários do departamento e dos setores a ele subordinados: Oficina, Administração, Central de áudio, Elevadores, Máquinas, Ar-condicionado e Comissão de Bens Patrimoniais. De acordo com a pesquisa, 97% dos deputados classificaram como muito bom ou bom o atendimento prestado pelo departamento. Diretor da área, Marcos Pinto diz que a pesquisa mostrou, com exatidão, onde estavam os problemas, dados que serão usados para a melhoria dos serviços. “Por exemplo, os índices de insatisfação com a limpeza concentravam-se em determinados andares do Palácio 23 de Julho, e a situação já foi equacionada”, pondera.

A partir da pesquisa, surgem novidades que logo poderão ser vistas. É o caso das mudanças que serão feitas pela Comissão de Bens Patrimoniais, responsável por catalogar os cerca de 30 mil bens da Casa, de grampeadores a obras de arte. Diretor da comissão, Jorge Estrela anuncia que os adesivos patrimoniais



Efeitos após a pesquisa: limpeza em esquema de rodízio e reforma dos elevadores da Casa

serão substituídos por outros, com códigos de barras, que serão lidos por uma leitora óptica. “A idéia é trazer agilidade e segurança”, afirma.

Outro setor que programou mudanças após a pesquisa foi a Administração dos Palácios. Responsável pela área, César Castro diz que após a avaliação o ar-condicionado foi reajustado de acordo com a opinião dos consultados. Além disso, as equipes da limpeza passaram a atuar em rodízio. “Sete gabinetes reclamaram da limpeza, sendo que quatro eram do terceiro andar. Optamos pelo rodízio

para solucionar o problema”, disse César.

Já o coordenador do setor de Elevadores, Antônio Madeira, afirma que a insatisfação de 52% dos deputados que consideraram os equipamentos regulares ou ruins está perto do fim. Bens tombados pelo patrimônio histórico, os elevadores passarão por uma modernização, em 2006. “Os elevadores são antigos, e não podemos fazer muitas alterações. Mas vamos realizar as melhorias possíveis”, diz ele, que comemorou o desempenho de sua equipe: 97% dos entrevistados aprovaram o trabalho dos ascensoristas.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:
Heloneida Studart

2º Vice-presidente:
José Távora

3º Vice-presidente:
Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:
Fábio Silva

1º Secretária:
Graça Matos

2º Secretário:
Léo Vivas

3º Secretário:
Marco Figueiredo

4º Secretária:
Aparecida Gama

1º Suplente:
Leandro Sampaio

2º Suplente:
Eliana Ribeiro

3º Suplente:
Nelson Gonçalves

4º Suplente:
Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas

Dafne Capella, Franciane Lovati

Phelipe Cruz, Rony Maltz,

Thayssa Plum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“Eu perguntei: ‘Não é lei?’ É lei, mas não a cumprem. Não havia como punir os proprietários, pois a lei não previa o tipo de punição.”

Geraldo Moreira (PMN), comemorando a aprovação do projeto de lei que cria punições para as casas noturnas que não instalem circuitos internos de TV, para vigilância



“Os mais atentos, que acompanham os trabalhos legislativos, verão que esta Casa produziu leis de grande importância para o convívio da sociedade do Rio de Janeiro.”

José Bonifácio (PDT), comemorando o saldo positivo da atuação do Parlamento fluminense em 2005

“A lei não foi feita para punir o culpado, foi feita para proteger os inocentes. Essa é a máxima da lei, essa é a razão primeira da lei. Mais forte do que a lei, somente o bom senso.”

Sivuca (PTdoB), defendendo a atualização do Código Penal

Ano de atividades intensas na Casa

2005 FOI MARCADO POR AVANÇOS COMO A PEC CONTRA O NEPOTISMO E A INTERIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DO PARLAMENTO



Em 2005, foram realizadas 108 sessões ordinárias e 12 extraordinárias. Os deputados apresentaram 805 projetos de lei. A Casa recebeu 58 mensagens, vindas do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público. Foram aprovados em plenário (foto) 201 projetos, que deram origem a 172 leis ordinárias. Este foi o ano em que a Alerj mostrou posições firmes em nome da transparência, com a aprovação da PEC que proíbe o nepotismo nas três esferas de poder e a criação do Conselho e do Código de Ética



Eventos como o Reage, Brasil!, contra o aumento da carga tributária prevista pela MP 232, marcaram a atuação do Fórum Permanente Jornalista Roberto Marinho. O Fórum discutiu, ainda, a crise da Saúde e cobrou a construção do arco rodoviário



Leis importantes em favor do consumidor foram aprovadas, como a que obriga o fornecimento de comandas, por parte de bares e restaurantes, e a que amplia a variedade de produtos à venda em farmácias e drogarias do estado (foto)

GEIZA ROCHA

Se 2005 foi um período de crise política e moral em Brasília, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) o ano se encerra com um saldo positivo: além de aprovarem o Código de Ética e o fim do nepotismo no Legislativo, Executivo e Judiciário, os deputados estaduais foram responsáveis por uma série de novas leis a favor do cidadão. “O fim do nepotismo manteve o Rio de Janeiro na vanguarda do processo político, e o Código de Ética deu aos parlamentares um instrumento jurídico eficaz para analisar os processos disciplinares e de quebra de decoro”, ressalta o presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB).

Dos 811 projetos de lei apresentados em 2005, 201 foram aprovados nas 108 sessões ordinárias realizadas ao longo do ano. Deste total, 172 viraram leis. “Apro-

vamos benefícios para os defensores públicos, que estavam em greve, e uma série de leis em defesa do consumidor”, cita Picciani. Dentre estas destacam-se a que torna obrigatória a gratuidade do serviço de teleatendimento ao consumidor; a que garante a cessação dos serviços telefônicos a partir do pedido do consumidor; a

Picciani lembra a atuação do Fórum e as palestras itinerantes

que obriga bares e restaurantes a fornecer, sempre que solicitadas, comandas de consumo para controle dos clientes, e a que estabelece normas de proteção aos consumidores de combustíveis.

O presidente lembra ainda o ciclo de palestras itinerantes pelo interior do esta-

do, onde foi feita prestação de contas das atividades da Casa. Ao todo, foram realizadas nove palestras, com a participação de mais de 80 prefeitos. Picciani cita também a posição da Casa como interlocutora junto à sociedade civil, através da atuação do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro Jornalista Roberto Marinho. A entidade congrega 16 entidades, e em 2005 organizou movimentos como o Reage, Rio, contra o aumento da carga tributária previsto pela Medida Provisória 232, e o encontro Rio: a nova revolução industrial, onde foram anunciados investimentos de US\$ 11 bilhões para o entorno do Porto de Sepetiba. “Organizamos, ainda, um ato a favor da construção do arco rodoviário da Baixada. Em todas as questões de vulto para o Rio de Janeiro convocamos o Fórum, que senta à mesa de discussões e traz o anseio da sociedade civil para dentro do Parlamento”, afirmou.

Manipulação correta dos alimentos

Comissão quer Disque para receber denúncias de contaminação

FRANCIANE LOVATI

A Alerj está preocupada com a qualidade da alimentação dos fluminenses. Além de garantir a apreciação e aprovação de medidas que visam a higiene e a integridade de itens consumidos no estado, a Casa conta ainda com a Comissão de Segurança Alimentar, que pretende, em 2006, colocar em funcionamento o Disque-Denúncia Alimentação, para receber queixas quanto à conservação e prejuízos causados por alimentos estragados. Para a presidente da comissão, deputada Andréia Zito (PSDB), a sociedade ainda não dá a devida atenção ao assunto, mas a Assembléia tem a obrigação de reverter este quadro. “A comissão foi criada há dois anos e o que eu percebo é que a população não tem noção da importância de se evitar a contaminação dos alimentos”, diz a parlamentar.

Uma pesquisa do Laboratório Bioquality confirmou que 80% dos restaurantes e bares do Rio de Janeiro vendem alimentos contaminados. Daí surgiu a idéia do Disque-Denúncia Alimentação, defendido por Andréia Zito. “Já recebo denúncias por e-mail, mas a instalação do disque tornaria isso muito mais fácil”, acredita a parlamentar, que quer fazer parcerias para elaborar ações de combate à contaminação alimentar. Ela já conta com o apoio de professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), como Sandra Regina Gregório, que defende a difusão de noções básicas de higiene em bares e restaurantes como forma de evitar a deterioração dos alimentos. “O clima quente do estado favorece isso. Não temos estatísticas que mostrem o nível de contaminação, mas temos razões para acreditar que é muito alto”, acrescenta.

Medidas concretas já começaram a surgir na Casa, para buscar a garantia de higiene na manipulação dos alimentos. A

Lei 4.580/05, do deputado Ely Patrício (PSDC), estabelece que os canudos de plástico utilizados em bebidas só podem ser comercializados se estiverem totalmente embalados. “Essa lei é importante porque os consumidores não têm como saber o que aconteceu com os canudos, antes de serem usados, o que pode propagar a contaminação”, explica o autor da lei. Já o projeto de lei 1.956/04, em tramitação na Casa e de autoria da deputada Aparecida Gama (PMDB), estabelece que molhos como catchup e mostarda devem ser vendidos em sachês. “Como vamos garantir que o produto não está estragado se o mesmo está dentro de um pote e não poder ser visto?”, questiona a parlamentar. O estudante Bernardo Brauer aprova as iniciativas. “Acho a lei do canudinho muito importante, assim como o projeto do sachê. São medidas que podem evitar muitos problemas”, afirma o estudante.

A limpeza das latas e garrafas de bebidas é o alvo da preocupação do deputado Paulo Melo (PMDB). Autor do projeto de lei 808/03, o líder partidário quer que estes recipientes tragam um invólucro protetor no lugar onde o consumidor vai beber. “Essa proteção é importante porque é nesse local que as pessoas colocam a

boca. Não resolve completamente o problema da contaminação, mas garante o mínimo de higiene”, afirma.

Para Ely Patrício, outra frente na atuação pela segurança alimentar é através da educação. É de sua autoria o projeto de lei 1.400/04, que cria a disciplina no currículo escolar da rede estadual de ensino. Para ele, além de combater a contaminação, é preciso estimular o desenvolvimento de hábitos saudáveis. “A disciplina estará relacionada tanto com a educação alimentar quanto com a qualidade do alimento”, explicou. O professor José Francisco Martins, da UFRRJ, concorda que a educação é a melhor saída. “Alimento seguro começa na escola. Vigilância, inspeção e análise dos alimentos devem ser feitas, mas criar uma cultura de limpeza está na base do processo”, defende. Ele lamenta o fato de que as autoridades só se preocupam com o assunto quando ocorrem surtos de intoxicação. “No ano passado, um caso de intoxicação alimentar atingiu 104 crianças no Centro de Assistência Integral à Criança (Caic), em Seropédica, por conta da falta de capacitação”, denuncia. Ele conta que a UFRRJ faz cursos de capacitação, não só para quem manuseia os alimentos, mas também para professores e diretores de instituições de ensino.



Sandra Gregório, da UFRRJ, diz que a higiene é o caminho para evitar a contaminação

Augusto Carazza

s é meta na Assembleia Legislativa

Dafne Capella



Arnaldo Brauer defende as proposições dos deputados: 'Evitam muitos problemas'

Consea pode ser instituído por lei estadual

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar (Consea/RJ) foi criado pelo Governo do estado pelo decreto 3.378/03, mas os deputados querem que ele exista de forma independente do Executivo. Dois projetos tramitam juntos, na Alerj, com esta intenção. O projeto 24/03, dos deputados André Correa (PPS) e Jorge Picciani (PMDB), autoriza o Poder Executivo a criar o conselho, e o projeto 1.261/04, do deputado Gilberto Palmares (PT), cria o Conselho de Segurança Alimentar Estadual. "Queremos que esse conselho tenha mais força, que não exista apenas enquanto o decreto vigorar", afirma André Correa. Segundo Palmares, o conselho é importante porque existem muitas iniciativas isoladas para promover a segurança alimentar e nutricional. "A idéia de criar um conselho é estabelecer uma política mais esquemática em relação a esse assunto", completa.

Superintendente do Consea, Tito Krivochein acredita que o apoio da Alerj é fundamental para manter o conselho trabalhando. "Esperamos que a partir do ano que vem tenhamos uma estrutura melhor. A participação da Alerj é necessária porque ela que representa a população", diz. A Comissão de Segurança Alimentar da Alerj tem representação no Consea. Segundo a conselheira do Conselho Regional de Nutrição Regina Oliveira, isso é importante porque todos os projetos da Casa em favor do alimento seguro passam também pelo Consea. "Existem várias iniciativas para diminuir a contaminação dos alimentos. Se conseguirmos juntá-las e ampliá-las, já teremos resolvido parte do problema", acentua.

Iniciativas tratam de higiene e proteção

Lei 4.580/05 – De autoria do deputado Ely Patrício (PSDC), a proposta proíbe a comercialização, venda ou distribuição de canudos sem embalagem protetora descartável.

Lei 4.179/03 – De autoria do Executivo, institui o Programa Estadual de Acesso à Alimentação (PEAA), para agregar as ações em relação ao combate à fome e à manutenção da segurança alimentar e nutricional.

Projeto de Lei 1.956/04 – A proposta, da deputada Aparecida Gama (PMDB), determina que todos os bares, lanchonetes e restaurantes disponibilizem condimentos como catchup e mostarda em sachês higiênicos.

Projeto de Lei 2.895/05 – A iniciativa da deputada Andréia Zito (PSDB)

torna obrigatória a instalação de pias junto aos refeitórios das escolas públicas do estado.

Projeto de Lei 808/03 – O projeto, do deputado Paulo Melo (PMDB), dispõe sobre a questão da higiene na produção e manuseio de refrigerantes e cervejas em lata. Determina que sejam colocados invólucros de proteção das latas e garrafas.

Projeto de Lei 1.261/04 – A proposta do petista Gilberto Palmares cria o Conselho Estadual de Segurança Alimentar no estado.

Projeto de Lei 2.051/04 – De iniciativa da deputada Jurema Batista (PT), o projeto autoriza o Executivo a criar o Programa de Educação Alimentar nas escolas estaduais.

EM DEBATE: O QUE FAZER COM A POPULAÇÃO DE RUA?

CAETANO AMADO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PL

Descuido com o social

Augusto Carazza



Há muito se pergunta o que fazer para retirar os moradores de rua. Na realidade, o momento que estamos vivendo é o verdadeiro cataclisma social, em virtude da falta de política econômica, social e habitacional. Entendemos que os discursos de candidatos ao Governo são vazios, no sentido de conquistar voto dos incautos para chegar ao poder. Verdadeira utopia!

Os problemas estão cada dia mais sérios na administração pública, tanto na educação quanto na falta de segurança, sem falar no desemprego, em impostos exorbitantes e em salários incompatíveis com a realidade. Isto gera crianças e idosos abandonados e pedintes por todos os lados, hospitais e escolas em um sistema falido, presídios superlotados, delinquentes pelas ruas e corrupção em todo o setor da sociedade. A certeza da impunidade tem levado até magistrados e parlamentares a cometerem os maiores absurdos com dinheiro público, desviando, subornando e corrompendo para levar vantagem.

Tudo isso leva o País ao caos em que estamos vivendo. Como uma pessoa que mora em Japeri, Santa Cruz, Xerém, Ibariê ou Saracuruna poderá pagar a condução de ida e volta, ou seja, da casa para o trabalho, sustentar a família, e ainda calçar e vestir com um mísero salário?

“A maioria das pessoas acaba dormindo nas ruas por economia”

Só há uma forma de tirar essas pessoas das ruas, que é criando uma política de indústria e comércio nos locais onde elas residam. Isto porque a maioria das pessoas que trabalham nos grandes centros

acaba dormindo embaixo de marquises ou em bancos de praças por economia. Tenho tido oportunidade de conversar com muitos dos que dormem na rua, são pessoas que têm casa, mas que por esta opção acabam não indo para os seus lares.

Considero que as mesmas são vítimas de governos sem compromisso com o social. No artigo 8º da Constituição federal todos têm o direito de viver com dignidade. Não cumprindo isso, o Governo está violando a Constituição. Os governos têm que dar bons exemplos. Para ter direitos, é preciso cumprir com os deveres.

PAULO MELO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

Ações integradas

Leandro Rosa



Fui menino de rua durante muitos anos e sei que essa condição é resultado da desigualdade social e de um sistema excludente, que parece dispensar essas pessoas da vida em sociedade. Marcadas por trajetórias difíceis, por problemas familiares, pelo preconceito e pela falta de acesso a condições mínimas de sobrevivência digna, uma grande quantidade de pessoas, a cada ano, passa a morar nas ruas.

Muitas vezes a reinserção social desses moradores é limitada por diversos motivos. A dificuldade em superar um vício, a falta de auxílio familiar, o comprometimento mental gerado pela vida na rua e a falta de autoestima muitas vezes impedem o caminho de volta.

O recolhimento da população que vive nas ruas é uma ação que leva ao aumento da violência, acirrando o clima de tensão e hostilidade entre a população local e os moradores de rua. Sua ineficácia se agrava quando não estão disponibilizados os meios sociais – programas de saúde, atendimento a usuários de drogas, abrigos, atenção à família, entre outros.

Acredito que a solução para a reinserção social desse grupo seria a criação de um programa que propiciasse um atendimento socioeducativo direto na rua, o acesso à rede de serviços, o acolhimento em família

“A população de rua tem dificuldade de protestar contra a exclusão”

substituta e o acesso à educação. Esta abordagem estabelecerá um primeiro contato, que serviria para a avaliação da situação social desses indivíduos, sabendo qual assistência este cidadão ne-

cessitaria de imediato.

Vítima do preconceito, a população de rua tem dificuldades particulares de se inserir no sistema público de saúde e de protestar contra a exclusão. Hoje já existem projetos no Brasil, como o Meio-Fio, que garantem o direito dessas pessoas em receber um tratamento de saúde universal, gratuito e de qualidade. Apóio trabalhos como esse, que através de um trabalho social, com acompanhamento e atendimento para documentação, abrigo, educação e alimentação, visam à reinserção sócio-familiar do usuário.

Ações para prevenir calamidades

DEPUTADOS APROVAM CRIAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIVIL, QUE DISCUTIRÁ TEMAS COMO ENCHENTES

Secretaria de Defesa Civil



Ações dos bombeiros serão discutidas na nova comissão, que será instalada em 2006

THAYSSA PLUM

Dezembro e janeiro são meses caracterizados pelas fortes chuvas de verão. Neste contexto, os deputados aprovaram, no dia 15, o projeto de resolução 1.054-A/05, de autoria do presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), e do deputado Coronel Rodrigues (PSC), que cria a Comissão de Defesa Civil e Calamidade. “Em um estado como o nosso, que sofre com desabamentos de encostas e enchentes, não fazia sentido que o Poder Legislativo não tivesse uma comissão específica para cuidar deste tema”, disse Coronel Rodrigues. Segundo ele, incrementar ações para a Defesa Civil é fomentar políticas públicas em defesa do cidadão. “Nesta época, ocorrem deslizamentos devido à construção em áreas de risco ou perto de rios assoreados. É preciso apoiar o Corpo de Bombeiros, tornando as suas ações mais rápidas e eficientes”, justificou o parlamentar.

O objetivo da nova comissão, a 35ª da Casa, é realizar audiências públicas, seminários e simpósios com autoridades da Defesa Civil municipal, estadual e federal. “Cada uma apresentará suas idéias e seu trabalho, para estudarmos ações que melhorem e dinamizem o atendimento”, disse Rodrigues. O parlamentar informou que o primeiro evento da nova comissão será um simpósio com os coordenadores estaduais de Defesa Civil de

todo o Brasil, além do secretário nacional de Defesa Civil, Jorge do Carmo Pimentel, em março. Ele também pretende criar na Alerj o Disque-Defesa Civil. “Por este telefone, a população poderia dar informações sobre áreas de risco próximas e estoques de combustível ou materiais inflamáveis em local inadequado”, disse. Outra meta é ajudar a desenvolver campanhas de esclarecimento à população. “É preciso conscientizar as pessoas quanto às conseqüências que jogar lixo em local inadequado pode trazer, como entupimento de bueiros e transbordamento dos rios”, exemplificou o parlamentar. Rodrigues é bombeiro militar, mas está na reserva desde que foi eleito deputado. “Por força da legislação, não estou na ativa. Mas tenho contato direto com o Corpo de Bombeiros”, disse.

A nova comissão conta com o apoio do secretário de estado de Defesa Civil, coronel Carlos Alberto de Carvalho. Na sua opinião, o trabalho na Alerj será importante para fiscalizar as ações do Corpo de Bombeiros, identificar problemas e apontar soluções. “Desastres naturais não podem ser previstos, mas precisamos manter a população preparada para enfrentá-los”, afirma. Ele defende a criação de coordenadorias municipais de Defesa Civil, e acredita que a comissão será um agente colaborador. “A atuação do Legislativo irá incentivar o serviço e somar ao trabalho que fazemos”, disse.

CURTAS

Emissário em pauta

Após audiência pública realizada no dia 21, para acompanhar as obras do emissário submarino da Barra da Tijuca, a Comissão de Obras Públicas decidiu elaborar um relatório e uma cartilha, com o histórico da obra. O presidente da comissão, André do PV, disse que vai investigar se houve imperícia, imprudência ou negligência por alguma das partes envolvidas no acidente. Participaram da audiência representantes da Cedae e do consórcio Barranova, responsável pela obra.

Distribuição de remédios

O presidente da Comissão de Saúde, Paulo Pinheiro (PPS), reuniu-se, no dia 22, com autoridades e pacientes da rede pública, para discutir o aumento de ações na Justiça pelo fornecimento gratuito de remédios excepcionais – usados para o tratamento de doenças crônicas e raras, geralmente de uso contínuo e alto custo –, garantidos pela Lei federal 8.080/90. Pinheiro anunciou que entrará no Ministério Público estadual contra a utilização de recursos do Fundo Estadual de Saúde para projetos como o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e a Farmácia Popular.

Vistoria no Pier Mauá

Falhas na recepção, ausência de sinalização e péssimas condições de trânsito. Estas carências foram constatadas pela Comissão de Turismo no dia 22, ao avaliar a chegada de três transatlânticos no Pier Mauá. Os navios trouxeram cerca de sete mil turistas estrangeiros. “Não há organização para receber estas pessoas, que geram recursos para a cidade”, avaliou o presidente da comissão, Glauco Lopes (PSDB), que pretende, no ano que vem, distribuir uma cartilha com informações turísticas aos visitantes.

ENTREVISTA EDSON ALBERTASSI

DEPUTADO PELO PMDB

'Estamos sempre sob pressão'

PEDRO MOTTA LIMA

O Orçamento para 2006 já está aprovado, mas ainda vai dar trabalho ao presidente da comissão responsável pelo assunto, deputado Edson Albertassi (PMDB). Por 2006 ser um ano eleitoral, ele já espera pressão por parte dos seus pares para que suas emendas saiam do papel. Mas entende e considera esta uma atitude legítima de seus colegas. "A cada ano, a execução de propostas do Legislativo aumenta", diz ele, que ainda não sabe se continuará à frente da Comissão de Orçamento no ano que vem.

Como foi coordenar a votação do Orçamento para um ano eleitoral?

A demanda foi realmente diferente, maior. Afinal, os deputados têm que dar retorno às suas bases, e ficam na expectativa de como será a execução do orçamento por parte do Governo. Isto gerou um maior número de emendas de despesas, que são aquelas que geram obras, por exemplo. Mas estipulamos uma média de valor para cada um dos deputados, pois todos são igualmente importantes e têm por objetivo beneficiar a população. Sabemos que algumas emendas podem ajudar o parlamentar a ser reeleito.

Após a aprovação do Orçamento, quais as demandas da comissão?

Nosso trabalho é dividido em três etapas. Temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que serve de parâmetro para confecção do Orçamento, a aprovação das contas do Executivo, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e o Orçamento. Além disso, temos as demandas de uma comissão permanente. Analisamos e emitimos pareceres em 95% dos projetos apresentados na Casa. Estudamos a viabilidade financeira e seu conteúdo. Por isso, estamos sempre em contato com os técnicos da Secretaria de



Augusto Carazza

Controle e do TCE.

A comissão também fiscaliza a execução do Orçamento?

Esta é outra atribuição. Estamos sempre atentos à liberação financeira, empenhos e pagamentos. Para isso, organizamos audiências públicas com secretários de

"Analisamos e emitimos pareceres em 95% dos projetos apresentados"

estado constantemente. Esta nossa proximidade com o Executivo também faz com que sejamos alvo de uma pressão dos deputados, para que suas emendas saiam do papel. Uma pressão positiva, de quem quer ver seus projetos realizados. Mas estamos em um crescente. Em 2004, 40% das emendas foram executadas. Neste ano, foram 60%. Mantendo este ritmo, chegaremos aos 80% em 2006, o que seria um resultado excelente.

Quais são as características de 2006, ano eleitoral?

Acredito que o grande embate entre o Governo e a oposição será travado durante a aprovação das contas da governadora Rosinha Garotinho. Na hora da votação do Orçamento, a eleição já terá acontecido. Acho que poderá haver um desânimo por parte daqueles que não conseguirem ser eleitos, mas não acredito em acomodação dos reeleitos, pois teremos um novo governo, independente de vitória da situação ou da oposição, e este é um momento de trabalhar e tentar emplacar suas emendas.

Como será fazer um orçamento para um governo que não tomou posse?

Não sei se ainda serei o presidente da comissão, pois ninguém nunca ficou neste posto por mais de três anos. Mas não tenho visto disputa pelo cargo. Se eu for mantido, conduzirei os trabalhos em harmonia com quem for eleito para governar o estado, independente de ser o meu candidato. Temos que respeitar as plataformas de governo escolhidas pelo povo.